



# Direito em Foco

estudos e avanços acadêmicos

Resumos

Rebeca Baltazar Chaves  
Stella Arantes Aragão  
Alexandre Miguel França

ORGANIZADORES

EDITORA  
**FOA**

# **Direito em Foco**

**estudos e avanços acadêmicos**

Resumos

2025  
FOA

## FOA

### Presidente

Eduardo Guimarães Prado

### Diretor Administrativo - Financeiro

Iram Natividade Pinto

### Diretor de Relações Institucionais

Júlio César Soares Aragão

### Superintendente Executivo

Josiane da Silva Sampaio

## Editora FOA

### Editor chefe

Laert dos Santos Andrade

### Diagramação

Ubiracy junior

[editora.unifoa.edu.br](http://editora.unifoa.edu.br)

## UniFOA

### Reitora / Procuradora Educacional Institucional

Ivanete da Rosa Silva de Oliveira

### Pró-reitor Acadêmico

Bruno Chaboli Gambarato

### Pró-reitor de Educação a Distância e Tecnologias de Ensino

Rafael Teixeira dos Santos

### Pró-reitora de Extensão

Ana Carolina Callegario Pereira

### Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Ana Carolina Callegario Pereira

### Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Washington de Macedo Lemos

## FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

C512d Chaves, Rebeca Baltazar  
Direito em foco: estudos e avanços acadêmicos:  
resumos. [E-book] / Rebeca Baltazar Chaves; Stella  
Arantes Aragão; Alexandre Miguel França. Volta  
Redonda: FOA, 2025. 17 p. il.

Informação na folha de rosto: X Simpósio de pesquisa em direito: resumos.

ISBN: 978-85-5964-178-3

1. Direito. 2. Direito - pesquisa. 3. Direito – simpósio. I. Fundação Oswaldo  
Aranha. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título

CDD 340

# Sumário

<b>A linguagem jurídica e a materialização da Justiça: uma análise do Tribunal do Júri .....</b>	<b>4</b>
<b>A influência do positivismo no Direito Penal Brasileiro: uma análise sobre a questão criminológica a partir do século XIX .....</b>	<b>5</b>
<b>O impacto do bullying no desenvolvimento de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA): uma análise da eficácia da justiça brasileira .....</b>	<b>6</b>
<b>Propaganda eleitoral irregular no município de Rio Claro/RJ: uma análise comparativa das Eleições de 2020 e 2024 .....</b>	<b>7</b>
<b>Propaganda enganosa: os impactos ao consumidor .....</b>	<b>8</b>
<b>Contrato de namoro no Brasil: perspectivas e efeitos legais .....</b>	<b>9</b>
<b>A redefinição do uso pessoal de maconha no Brasil: a relevância da decisão do STF .....</b>	<b>10</b>
<b>A efetividade da “cota de gênero”: uma análise percentual da representatividade feminina na política .....</b>	<b>11</b>
<b>Desafios na regulamentação das criptomoedas .....</b>	<b>12</b>
<b>O direito à educação no sistema penitenciário brasileiro .....</b>	<b>13</b>
<b>Regulação da inteligência artificial: ética e direito em foco .....</b>	<b>14</b>
<b>O uso da inteligência artificial aplicada ao Poder Judiciário: Sistema Victor do Supremo Tribunal Federal .....</b>	<b>15</b>
<b>Violência contra a comunidade LGBTQIA+: crimes em razão de lesbofobia .....</b>	<b>16</b>

## **A linguagem jurídica e a materialização da Justiça: uma análise do Tribunal do Júri**

Pedro Henrique Martins Gregório  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[pedro.gregorio@unifoa.edu.br](mailto:pedro.gregorio@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-2293-7948>

Rebeca Baltazar Chaves  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[rebeca.chaves@foa.org.br](mailto:rebeca.chaves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-0215-8314>

A linguagem, tanto escrita quanto oral, utilizada dentro do sistema judiciário brasileiro é uma barreira impeditiva para o pleno acesso à justiça de uma grande parcela da população, especialmente dos mais pobres. A presente pesquisa questiona como o “dialeto” jurídico e o português anacrônico pode impactar negativamente a busca por justiça no Tribunal Do Júri. Parte-se da hipótese de que uma linguagem excessivamente técnica e desnecessariamente rebuscada pode comprometer a compreensão dos jurados e a capacidade do réu de exercer sua autodefesa, resultando em vereditos inconsistentes com as provas produzidas no processo. Assim, o objetivo é investigar o impacto da linguagem jurídica e, especificamente, analisar as propostas do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, bem como identificar os termos utilizados nos tribunais do júri que dificultam a inteligência das partes sobre o processo. Metodologicamente, a pesquisa será qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de discurso do júri da Boate Kiss, disponibilizado na plataforma YouTube. Serão listados e analisados os termos empregados durante a sessão.

**Palavras-chave:** Linguagem; jurídico; tribunal do júri.

## **A influência do positivismo no Direito Penal Brasileiro: uma análise sobre a questão criminológica a partir do século XIX**

Victor Bastos Reis Machado  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[victor.reis@unifoa.edu.br](mailto:victor.reis@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-1348-7316>

Luiz Claudio Gonçalves Ferreira Júnior  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[luiz.goncalves@foa.org.br](mailto:luiz.goncalves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-6917-3394>

Essa pesquisa tem como finalidade investigar a influência do positivismo no Direito Penal Brasileiro, com ênfase na questão criminológica a partir do século XIX. A pesquisa se justifica porque permite observar como o modelo criminológico positivista era crucial para identificar o perfil do criminoso. Busca-se questionar de que forma o positivismo influenciou a interpretação do Direito Penal no Brasil, quanto à identificação do criminoso e como essa recepção gerou sequelas que perduram na sociedade até os dias atuais. A hipótese é que esse modelo tenha potencializado práticas discriminatórias justificadas por uma pseudociência, realizadas pelo Estado e com a colaboração de renomados cientistas da época, refletindo, por exemplo, no racismo científico presente na sociedade. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, verificou-se que o positivismo influenciou a antropologia criminal a utilizar o determinismo biológico para tentar encontrar o perfil ideal do criminoso, legitimando em nome da ciência práticas segregacionistas e normalizando as desigualdades e hierarquias raciais para a sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** positivismo; direito penal; criminologia

## O impacto do bullying no desenvolvimento de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA): uma análise da eficácia da justiça brasileira

Amanda Gonçalves Rodrigues  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[amanda.rodrigues2@unifoa.edu.br](mailto:amanda.rodrigues2@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0004-7087-5280>

Luiz Claudio Gonçalves Ferreira Júnior  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[luiz.goncalves@foa.org.br](mailto:luiz.goncalves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-6917-3394>

Esta pesquisa tem por objetivo investigar o impacto do *bullying* no desenvolvimento de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificar e avaliar o papel da justiça brasileira na diligência desses casos nas instituições de ensino. A importância desta discussão é reforçada pelo aumento de casos de *bullying* contra crianças e adolescentes autistas nas escolas. Um exemplo recente é o caso de Carlos Gomes, de 13 anos, portador do TEA, que faleceu em abril de 2024, vítima de violência praticada por colegas de escola. O estudo indagou a eficácia da justiça brasileira em reprimir o *bullying* contra crianças e adolescentes autistas e se os direitos desses cidadãos estão sendo protegidos. Por meio de uma pesquisa qualitativa, verificou-se que os avanços na precaução do *bullying* ainda são limitados no Brasil. Ainda que a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, garanta atendimento educacional especializado, inclusão social e participação na sociedade, é necessário criar uma lei distintiva para proteger crianças e adolescentes autistas do *bullying*, exigir melhor preparo e estabelecer o maior rigor na escolha dos profissionais de apoio escolar para prevenção desses casos.

**Palavras-chave:** Impacto; Bullying; Desenvolvimento; TEA.

## Propaganda eleitoral irregular no município de Rio Claro/RJ: uma análise comparativa das Eleições de 2020 e 2024

Ana Luiza Breves Ferreira  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[ana.ferreira5@unifoa.edu.br](mailto:ana.ferreira5@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0000-3021-5772>

Rebeca Baltazar Chaves  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[rebeca.chaves@foa.org.br](mailto:rebeca.chaves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-0215-8314>

As propagandas eleitorais são um meio pelo qual o candidato busca convencer o eleitor a confiar-lhe seu voto. Contudo, existem normas e resoluções que regem as eleições e acompanham os avanços dos meios de comunicação. Diante disso, essa pesquisa busca investigar o impacto das propagandas eleitorais e identificar quais foram as principais irregularidades denunciadas à Justiça Eleitoral no âmbito do município de Rio Claro, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, nas duas últimas eleições municipais, quais sejam: 2024 e 2020. Questiona-se se as denúncias de propagandas irregulares divulgadas ou promovidas no ambiente virtual aumentaram de um pleito para o outro e acredita-se que sim, devido a crescente utilização das mídias digitais. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa e quantitativa ao passo que para além de uma revisão bibliográfica acerca de temas pertinentes ao Direito Eleitoral, será realizado um levantamento e uma comparação das irregularidades divulgadas no mural eletrônico do Tribunal Eleitoral.

**Palavras-chave:** propaganda eleitoral; Justiça Eleitoral; irregularidades; mídias digitais; eleições municipais.

## Propaganda enganosa: os impactos ao consumidor

Daniela da Páscoa Rodrigues  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[daniela.rodrigues@unifoa.edu.br](mailto:daniela.rodrigues@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0000-7481-8831>

Daniele do Amaral Souza Cavaliere  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[daniele.souza@foa.org.br](mailto:daniele.souza@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-4602-2497>

A propaganda enganosa, segundo o Código de Defesa do Consumidor, é aquela que apresenta informações falsas criando uma imagem distorcida do que está sendo vendido, desta maneira o consumidor é induzido ao erro. Diante disso questiona-se os efeitos do impacto da propaganda enganosa ao consumidor e suas decisões. A hipótese é de que essa prática prejudica a confiança do consumidor no mercado gerando frustração, logo é fundamental que os consumidores compreendam os efeitos das propagandas enganosas em suas relações de consumo para que sejam capazes de tomar decisões assertivas, além de se protegerem de empresas que atuam de forma desonesta. O objetivo geral desta pesquisa é abordar quais os impactos das propagandas enganosas na vida do consumidor. Os objetivos específicos da pesquisa são identificar as características que contribuem para que uma propaganda seja enganosa e reconhecer o efeito legal aplicado as empresas praticantes. Metodologicamente, a pesquisa será descritiva, qualitativa e bibliográfica. Espera-se com isso, que haja uma melhor reflexão sobre a violação do direito do consumidor.

**Palavras-chaves:** Direito do consumidor; Propaganda enganosa.

## Contrato de namoro no Brasil: perspectivas e efeitos legais

Diogo da Silva Gomes Guimarães  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[diogo.guimaraes2@unifoa.edu.br](mailto:diogo.guimaraes2@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0007-8887-0287>

Alan Pançardes da Rocha  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[alan.rocha@foa.org.br](mailto:alan.rocha@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-4102-1970>

O contrato de namoro é um instrumento de formalização das relações afetivas sem que as partes incorram em uma união estável. A intenção é proteger o patrimônio dos envolvidos em caso de separação. Essa pesquisa questiona se o contrato de namoro é uma medida eficiente. A hipótese é de que sim, embora ainda seja pouco disseminado no país. Diante disso, o objetivo geral é apresentar um panorama acerca dos contratos de namoro no Brasil. De maneira específica, quantificar o número de contratos de namoro formalizados no país entre 2022 e 2024 e diferenciar, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, o instituto da união estável e do contrato de namoro. Metodologicamente a pesquisa será qualitativa realizada por meio de revisão bibliográfica baseada em doutrinadores do Direito Civil e em dados do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

**Palavras-chave:** contrato de namoro; união estável; proteção patrimonial.

## A redefinição do uso pessoal de maconha no Brasil: a relevância da decisão do STF

Franciny Barbosa Ribeiro  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[franciny.ribeiro@unifoa.edu.br](mailto:franciny.ribeiro@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0001-6957-5609>

Alexandre Miguel França  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[alexandre.franca@foa.org.br](mailto:alexandre.franca@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-7016-4911>

A pesquisa visa abordar a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que estabelece o porte de até 40 gramas de maconha como uso pessoal, com o intuito de reduzir a marginalização dos usuários e mostrar esforços para combater tráfico de drogas. A pesquisa se concentra em avaliar os efeitos significantes na aplicação do direito penal, considerando as políticas de encarceramento no nosso país, onde o consumo de drogas tem levado a superlotação das prisões. Diante disso, questiona-se a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o uso pessoal de maconha efetivamente contribui para reduzir a criminalização dos usuários e diminuir o aprisionamento no Brasil. O objetivo geral dessa pesquisa é debater se os avanços elevados na decisão contribuem para a redução dos crimes de usuários de maconha, e se sua correta aplicação de fato evita o excesso de superlotação no sistema prisional brasileiro. Quanto a metodologia, utiliza-se a qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. O referencial teórico ancorado em “Direito Penal e política de drogas no Brasil” e na decisão do Recurso Extraordinário 635.659 (tema 506)

**Palavras-chave:** uso pessoal, maconha, Supremo Tribunal Federal (STF), criminalização

## A efetividade da “cota de gênero”: uma análise percentual da representatividade feminina na política

Marcella Duarte Sabença  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[marcella.sabenca@unifoa.edu.br](mailto:marcella.sabenca@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0007-2221-4519>

Rebeca Baltazar Chaves  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[rebeca.chaves@foa.org.br](mailto:rebeca.chaves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-0215-8314>

A representatividade feminina na política brasileira é fundamental para a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento da democracia. Embora sejam 52% da população, apenas 15% dos cargos eletivos são compostos por mulheres. A legislação tenta avançar no sentido de mitigar essa situação. Exemplo disso é a conhecida “cota de gênero” inserida na Lei das Eleições por meio da Lei nº 12.034/2009, que estabelece a necessidade de os partidos políticos preencherem o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Questiona-se se após a implementação desse dispositivo ocorreu um aumento de mulheres eleitas. Estima-se que houve um aumento, mas ainda pouco representativo. O objetivo geral dessa pesquisa é discorrer sobre a representatividade feminina e de forma específica apresentar a legislação em questão e verificar o percentual de mulheres eleitas a cada pleito no país. Metodologicamente será uma pesquisa qualitativa e quantitativa, baseada em revisão bibliográfica, com base na Constituição Federal e em dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral.

**Palavras-chave:** Representatividade feminina; igualdade de gênero; cota de gênero; eleições; participação política.

## Desafios na regulamentação das criptomoedas

Silvana Ferreira de Andrade e Silva  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[silvana.andrade@unifoa.edu.br](mailto:silvana.andrade@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0003-8428-1750>

Rebeca Baltazar Chaves  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[rebeca.chaves@foa.org.br](mailto:rebeca.chaves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-0215-8314>

O surgimento de novas tecnologias, como as criptomoedas, traz questionamentos e implicações legais que demandam análises complexas. É fundamental, portanto, compreender como o sistema legal pode se adaptar a essas transformações e assegurar a aplicação das leis. Diante disso, a questão desta pesquisa é: será necessária uma forma de governança com regulamentações descentralizadas? Acredita-se que o cenário indica que sim, pois não será possível uma regulação sob um padrão comum. O objetivo geral desta pesquisa é descrever as atitudes dos agentes privados e estatais perante as criptomoedas. Especificamente, busca-se verificar jurisprudências, legislações e o que se denomina governança das moedas digitais, além de discutir sua legalização. Esta pesquisa, metodologicamente desenvolvida de forma qualitativa e baseada em revisão bibliográfica e estudos de jurisprudência, contará com o referencial teórico de Maria do Carmo Ghirardi, que possui uma tese robusta acerca da problemática central.

**Palavras-chave:** Criptomoedas; Regulação legal; Governança descentralizada;

## O direito à educação no sistema penitenciário brasileiro

Ana Luiza Nascimento Nunes  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[ana.nunes1@unifoa.edu.br](mailto:ana.nunes1@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0004-0980-028X>

Luiz Claudio Gonçalves Junior  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[luiz.goncalves@foa.org.br](mailto:luiz.goncalves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-6917-3394>

A Lei de Execução Penal (LEP) prevê assistência educacional que compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso. Questiona-se de que forma os Estados buscam efetivar esse Direito. Acredita-se que embora haja programas instituídos, a implementação ainda é precária. O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a importância do acesso à educação no sistema penitenciário brasileiro. De forma específica, verificar as estratégias dos Planos Estaduais de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que são os três Estados com maior população carcerária no país. Diante disso, comparar as ações propostas em cada um deles. Metodologicamente esta é uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica como relatórios e diretrizes institucionais como os dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais. Conclui-se que apesar dos planos estaduais de educação para o sistema prisional revela que, apesar das políticas estabelecidas, a execução ainda deixa a desejar, por falta de recursos.

**Palavras chave:** Lei de Execução Penal; assistência educacional; população carcerária

## Regulação da inteligência artificial: ética e direito em foco

Anthoniél Barbosa Pereira  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[anthoniél.barbosa@unifoa.edu.br](mailto:anthoniél.barbosa@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0001-2992-5723>

Rebeca Baltazar Chaves  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[rebeca.chaves@foa.org.br](mailto:rebeca.chaves@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-0215-8314>

A emergência da inteligência artificial (IA) suscita questões éticas inerentes ao direito, com potencial influência nas práticas jurídicas. Diante disso, questiona-se: como a aplicação da IA pode impactar nos princípios éticos, garantindo a transparência, imparcialidade e responsabilidade nas decisões jurídicas? Acredita-se que a IA possa otimizar esses princípios ao fornecer análises de dados precisas e imparciais, desde que sejam implementadas salvaguardas éticas rigorosas e mecanismos de supervisão humana. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar os impactos da IA nas questões éticas, tais como: transparência, veracidade, imparcialidade e independência. Especificamente, identificar os principais desafios éticos associados ao uso da IA e ponderar as implicações jurídicas da implementação de sistemas de IA. Metodologicamente a pesquisa é qualitativa, com base em revisão bibliográfica, ancorada em Ana Catarina de Alencar, que destaca o potencial transformador dos sistemas de IA frente ao desenvolvimento de soluções inovadoras. A pesquisa em andamento sugere que a IA pode transformar positivamente o sistema jurídico.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial; Ética; Direito

## O uso da inteligência artificial aplicada ao Poder Judiciário: Sistema Victor do Supremo Tribunal Federal

Camilla Eduardo Vianna  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[camilla.vianna@unifoa.edu.br](mailto:camilla.vianna@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0001-0998-8225>

Alan Pançardes da Rocha  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[alan.rocha@foa.org.br](mailto:alan.rocha@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-4102-1970>

A modernização dos sistemas integrantes dos processos judiciais culminaram no uso da inteligência artificial (IA) para agilizar sua tramitação devido à sobrecarga nas cortes superiores. Questiona-se os desafios de sua implementação no setor público e seu desenvolvimento em um cenário que envolve análises de elementos subjetivos e a utilização de princípios fundamentais. Estima-se que a capacidade decisória de uma IA é limitada por não absorver recursos intuitivos, exclusivos do raciocínio humano, necessitando de supervisão para sua aplicação. O objetivo geral desta pesquisa é descrever a evolução do uso da IA no Poder Judiciário, de forma específica, apresentar o Projeto Victor, desenvolvido pelo STF junto com a Universidade de Brasília e reconhecer de que forma é realizado o processo de separação dos recursos extraordinários por tema de Repercussão Geral. Para isso, metodologicamente, será aplicada uma abordagem qualitativa, baseada em revisões bibliográficas. Preliminarmente, acredita-se que seja necessária uma evolução tecnológica para tornar viável a utilização das IA's como instrumento de tomada de decisão.

**Palavras-chave:** inteligência artificial, Poder Judiciário, automatização de processos

## Violência contra a comunidade LGBTQIA+: crimes em razão de lesbofobia

Gabryella Pereira de Menezes  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[gabryella.menezes@unifoa.edu.br](mailto:gabryella.menezes@unifoa.edu.br)  
<https://orcid.org/0009-0001-6109-9935>

Alexandre Miguel França  
Centro Universitário de Volta Redonda  
[alexandre.franca@foa.org.br](mailto:alexandre.franca@foa.org.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-7016-4911>

Este estudo tem como objetivo discutir como as orientações sexuais ainda são motivos para crimes de ódio no Brasil na comunidade LGBTQIA+. Dados do dossiê divulgado pelo MDHC indicam que a comunidade sofreu 257 mortes violentas no ano de 2023. O Brasil se mantém campeão no ranking mundial desses crimes há 14 anos. Diante disso, questiona-se a ausência de dados governamentais e como instituições pertencentes a essa comunidade faz um levantamento de dados. Estima-se que embora exista a Lei nº 7.716/89 a aplicabilidade ainda é inefetiva. O objetivo geral dessa pesquisa é discutir a insegurança vivenciada pela comunidade LGBTQIA+, com foco nas Lésbicas. E realizar um estudo sobre instituições como o Grupo Gay da Bahia que dispõem de dados criminais nacionais acerca das situações de violência experimentadas por esse grupo. Metodologicamente a pesquisa será qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, em busca com as palavras-chave: Homofobia, lesbofobia e lesbocídio no site de notícias G1. O referencial teórico será amparado em Foucault.

**Palavras-chave:** Homofobia; Lesbofobia; Assassinatos; Lesbocídio